

SOCIEDADE CLÂNICA SOMALI E *WARLORDISMO*: MARCAS DO CONFLITO CIVIL NA SOMÁLIA

*Natalie Storti Corbani*¹⁹
*Heitor Cassiano Senra Neves*²⁰



Fonte: Mitchell (2011).

A persistência e o agravamento da conjuntura de crise política, econômica, social e ambiental que caracteriza a situação na qual a sociedade somali se encontra, se devem em grande parte à guerra civil que se prolonga nesse território há anos. As raízes desse conflito remontam à maneira com a qual a forma de organização tradicional do povo somali foi encarada, seja pela comunidade internacional, seja pelos governos internos ou pela própria população. Isso, portanto, torna necessária a compreensão de como essas camadas se manifestam ao longo da história desse país. Pelo fato da vida política na Somália ter sido estruturada nos parâmetros do sistema clânico que organiza essa sociedade agropastoral (ADAM, 1992, p. 11), diversos desentendimentos acerca de como governar, marcaram os conflitos que ocorreram entres os principais clãs, suas unidades e subunidades ao longo da história dessa sociedade. Para compor esse quadro de instabilidade, muitos foram os casos de

¹⁹ Graduanda em Relações Internacionais na Unesp, Campus de Franca. Membro discente do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail: natalie.s.corbani@unesp.br

²⁰ Graduando em Relações Internacionais na Unesp, Campus de Franca. Membro discente do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail: heitor.neves@unesp.br.

intervenções externas que, seja por meio de processos de colonização ou de missões de paz, sempre tentaram encaixar um sistema ocidental de governo numa estrutura social tradicionalmente incompatível com esse modelo. Pode-se dizer que, um breve momento de união dos clãs em torno de um objetivo em comum ocorreu na luta pela derrubada do governo autoritário de Siad Barre, do clã Marehan. Esse, não apenas favoreceu uma coalizão de três clãs (Marehan, Ogaden e Dubahante) em detrimento dos demais, como também tentou erradicar o próprio clanismo, o que fomentou ressentimentos que foram mobilizados pelas elites políticas para conquistarem prestígio político e econômico, em um fenômeno conhecido como *warlordismo*²¹. Nesse período, destaca-se também a derrota somali na Guerra de Ogaden²² em 1978, o que agravou a conjuntura de crise social, política e econômica que o país vivenciava. Essa soma de fatores foi o estopim para um levante popular coordenado e empreendido por organizações de base clânica, como as forças do Congresso Somali Unido (CSU), a Frente Somali de Salvação Nacional (FSSN) e o Movimento Nacional Somali (MNS), o qual derrubaria Siad Barre apoiado pelos membros de seu clã e daria início ao conflito armado no país.

Tendo essa situação em vista, o presente artigo se propõe a responder a seguinte questão: como as características da sociedade clânica somali e o *warlordismo* configuram a violência organizada na Guerra Civil da Somália? Propõe-se como objetivo geral discutir como os elementos constitutivos da sociedade clânica e o *warlordismo* implicam nas dinâmicas da guerra civil somali. Com isso, argumenta-se que a construção de sociedades clânicas acompanha papéis sociais e visões de mundo específicas, que por sua vez refletem a estrutura da violência organizada, enquanto o *warlordismo* (HANSEN, 2003) acrescenta uma nova dimensão ao conflito, com suas características próprias e caráter territorialista²³ que tende a amplificar certas características clânicas.

²¹ O termo “warlodismo” vem da tradução do termo em inglês *warlodism*, o qual teria derivado do conceito de *warlord* que, segundo o Cambridge Dictionary, seria um líder militar que controla um país ou uma área dentro de um país.

²² Investida das tropas somalis na região de Ogaden, na porção oriental da Etiópia, em fevereiro de 1977, numa tentativa de anexação dessa área, que constitui 20% do território etíope, para a realização do projeto da “Grande Somália” (ACCORD, 2022). Entre 1977 e 1991, a Etiópia se envolveu em três conflitos simultâneos: contra a independência da Eritreia; contra as forças da Frente de Libertação Popular do Tigrá (TPLF, em inglês), região ao norte da Etiópia; e a guerra contra a Somália, propriamente. Ao final do período, um novo governo comandava a Etiópia, do reformista democrático Meles Zenawi; um novo Estado foi construído, a Eritreia; e o governo de Siad Barre na Somália enfrentava seu colapso (ACCORD, 2022).

²³ A conveniência do termo “territorialista” de ser utilizado aqui se deve à forma como o conceito de “território” é entendido e tratado dentro do contexto do warlodismo. Por vezes, tal conceito poderia ser confundido com o termo “territorial”, o qual diria respeito ao maior foco dos atores do *warlodismo* em principalmente controlar ou manter o controle sobre o território físico específico em questão, seja por meio de bases operacionais ou sistemas administrativos, por exemplo. Já agir de forma “territorialista” seria mais complexo que isso, pois englobaria

Para cumprir com o objetivo, propõe-se a combinação da pesquisa histórica (PINSKY, 2008), de modo a construir uma linha cronológica dos principais acontecimentos que culminaram na Guerra Civil na Somália e atores envolvidos, à pesquisa documental (PINSKY, 2008), com a coleta de dados empíricos que permitam uma análise da intensidade da violência mobilizada no conflito. Com isso, este artigo é dividido em três partes de discussão: (i) configuração da sociedade clânica somali, explicando as suas implicações, assim como esse sistema diante dos processos de colonização e descolonização; (ii) anos iniciais do conflito na Somália e intervenções humanitárias, apresentando os interesses dos envolvidos e os desdobramentos até os dias atuais; e (iii) politização da identidade clânica e *warlordismo* na guerra civil somali, mostrando como esse último ganha força da primeira.

No período pré-colonial, a governança na sociedade somali era tradicionalmente fundamentada em clãs, de modo que a lei e a ordem eram feitas de acordo com laços de parentesco ou contratos. Embora os clãs compartilhassem tradições culturais e crenças religiosas, o poder persistia descentralizado graças à divergência de seus objetivos, assim como à extensão e fragmentação geográfica de seus territórios, o que os impedia de constituírem uma unidade política e, logo, à identificação comum de Estado-nação. Apesar do sistema clânico muitas vezes ter resultado em conflitos devido ao personalismo aplicado em alguns setores, como por exemplo na repartição desigual dos recursos²⁴, esse arranjo ainda era capaz de produzir normas, sanções e mecanismos sociais usados na resolução dos embates, o que acabava por promover certa estabilidade à ordem social (MOHAMOUD, *apud* ABUKAR, 2015, p. 19).

Quanto à estrutura social da sociedade clânica somali, é comum a caracterização de um “sistema de linha segmentar descentralizado”, ou seja, “(...) a estrutura política e social encontra-se fortemente dividida num complexo sistema genealógico baseado na estrutura de clãs geográfica e economicamente distintos” (CARDOSO, 2012, p. 16). Nesse sentido, a sociedade clânica somali parte da divisão de duas principais famílias de clãs: os *Somale*, que correspondem a cerca de 70% da população e são em sua maioria pastores nômades criadores de camelos, ovelhas e cabras; e os *Sab*, que constituem aproximadamente 20% da população na Somália e são em sua maioria agricultores do sul do país (CARDOSO, 2012, p. 16). Dessas duas famílias ainda partem seis divisões principais: Hawiye, Dir, Isaq e Darod, da linha *Somale*; Digil e Rahawayn, da linha *Sab* (CARDOSO, 2012, p. 16). Esses ainda se dividem em sub-clãs

também a importância simbólica do território como parte fundamental de sua narrativa, de sua causa, de sua identidade e de suas ações.

²⁴ O que Weber denomina como “patrimonialismo”.

(Majerteen, Marehan, Ogaden, Dubahante, Issa, Samroon/Gadabursi, Biymaal, Habr Gedir, Abgal, etc.), que por sua vez, se dividem em sub-sub-clãs (CARDOSO, 2012, p. 16).

O clã origina-se na necessidade objetiva das populações sedentárias de se unirem e buscar a cooperação mútua para se protegerem do ataque de grupos rivais. Constrói-se, assim, ao longo de processos sociais e políticos, um sentido telúrico (conexão afetiva com a terra, entendida ao mesmo tempo como provedora da subsistência e “lar” da comunidade) do território ocupado, acompanhado de um senso de defesa e proteção da sobrevivência da comunidade. No contexto da sociedade somali, entende-se que divergências e animosidades entre clãs não são suficientes para explicar a origem do conflito civil, tendo em vista que os principais grupos envolvidos no conflito pertencem à mesma família de clã (*Somale*) (CARDOSO, 2012, p. 18). Ao contrário, argumentamos que o conflito armado na Somália resulta, dentre outros fatores, da mobilização da identidade clânica por elites políticas, como forma de garantirem seus interesses políticos e econômicos (CARDOSO, 2012, p. 18). A politização da identidade clânica é entendida nos termos de Mudane (2018, p. 45), quando elites políticas a politizam ou a mobilizam no contexto da disputa por recursos e poder estatal e produz consequências negativas no processo, em suma, conflitos civis com base nos clãs.

O desenho dos atuais limites territoriais da Somália remete ao final do século XIX, período em que a eventos como a Conferência de Berlim, na “Partilha da África” e a abertura do Canal de Suez, incrementaram a atratividade daquele território. Com esse panorama, é possível entender a intensidade com que os diferentes interesses das potências colonizadoras eram disputados, de forma que, no final, eles se materializaram na fragmentação do território somali. Enquanto a Etiópia ficou com a região oeste, como a área de Ogaden, o Reino Unido empossou a estratégica região norte do país, que conferiu a posse de rotas comerciais para a Índia, além da região do Quênia. A área do atual Djibouti ficou sob domínio francês e, por último, o sul da Somália, a área mais fértil do país, foi entregue ao mando italiano que almejava o controle da parte sul do Mar Vermelho. A fertilidade dessa parcela de terra serviu de diferencial para o modelo de colonização implantado, visto que a Itália aplicou um tipo de colonização diferente da que foi praticada pelos ingleses, já que contava com o uso de trabalho forçado em agriculturas (ABUKAR, 2015, p. 19).

Essas investidas colonizadoras só aumentavam os conflitos, uma vez que os quatro invasores europeus e cristãos tentavam moldar as instituições políticas e econômicas de forma totalmente arbitrária e alheia à cultura local. Contudo, para além dos embates entre os colonizadores e os clãs, a rivalidade entre as sociedades clânicas também era incentivada por meio da política de dividir para governar, isto é, o incentivo de desavenças entre eles pelos

países colonizadores. Como, por exemplo, armar aqueles que se mostravam favoráveis à ocupação e exterminar aqueles que fossem resistentes à colonização (ABUKAR, 2015, p. 19).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os processos de descolonização da África foram fortalecidos pelo desgaste das potências colonizadoras que haviam se envolvido nesse conflito mundial. Os italianos foram expulsos do sul da Somália e, anos mais tarde, em 1960, os protetorados britânicos e italianos fundiram-se para o surgimento da República da Somália enquanto, em 1977, do protetorado francês surgiu o Djibouti. No mesmo ano da independência, o primeiro presidente da Somália foi eleito e um ano depois, em 1961, um referendo popular aprovou uma constituição. Ainda nesse período, uma importante questão que se estenderia pelos anos posteriores e, pode-se dizer, até os dias atuais, foi desencadeada. Com a independência, a cidade de Mogadíscio, ao sul da Somália, foi escolhida como capital. Essa decisão foi compreendida por alguns oficiais do exército como favorecimento àquela região. Somado a isso, o fornecimento desigual de bens sociais, econômicos e políticos nas regiões do norte e do sul, foram impulsos para os conflitos entre os clãs do norte com o governo central, como a tentativa de um golpe de separação do norte que deixou seus rastros na reivindicação da independência da Somalilândia (ABUKAR, 2015, p. 20).

ANOS INICIAIS DO CONFLITO NA SOMÁLIA E INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS

Em outubro de 1969, o maj. gen. Mohamed Siad Barre, até então comandante do Exército Somali, liderou um golpe de Estado que destituiu o governo da Liga da Juventude Somali e instituiu um governo autoritário de orientação socialista. O governo de Barre se caracterizou pela forte repressão da oposição, dissolução da Assembleia Nacional, suspensão da Constituição e estatização de muitas empresas estrangeiras. O regime de Barre ainda buscou silenciar ao máximo a influência de qualquer força anterior ao golpe, como por exemplo, a própria governança dos clãs, sistema que foi classificado como obstáculo à implantação e efetivação do Estado moderno. Tais medidas mergulharam o país numa instabilidade política cada vez mais profunda, que somada com a derrota na Guerra do Ogaden, resultou numa conjuntura de descontentamento popular e oposição armada de milícias que se levantaram contra o regime por todo o país.

Dentro desse cenário, surge o Movimento Nacional Somali (MNS), um dos primeiros grupos insurgentes a declarar guerra ao regime, formado majoritariamente por indivíduos do clã Isaaq. Além dele, foi fundado o Congresso Unido da Somália (CSU) pelos principais líderes

do clã Hawiye, o qual se tornou um dos principais grupos armados de oposição ao regime, desempenhando um papel crucial na liderança de uma reação popular que destituiu o governo de Siad Barre em janeiro de 1991. Contudo, no período que se seguiu, devido à falta de consenso quanto à política que deveria orientar o futuro da Somália, a oposição entre diferentes setores políticos e militares deu início à guerra civil no país. As diferentes elites políticas, que se beneficiaram da militarização da sociedade somali ocorrida durante o governo de Barre, mobilizaram suas identidades clânicas a fim de conquistarem poder e prestígio político. O resultado foi a divisão do país em áreas de comando e influência, deterioração da infraestrutura produtiva, e uma crise humanitária potencializada pela insegurança alimentar e pela seca (MUDANE, 2018, p. 41).

O governo central estabelecido pelo CSU passou a sofrer oposição do MNS, partido dominante no norte da Somália que negava a legitimidade desse governo. Com isso, ainda em 1991, o Movimento venceu a luta contra o Exército Nacional Somali e declarou o Estado Independente da República da Somalilândia, região do antigo protetorado britânico e que não tem sua soberania reconhecida pela comunidade internacional. Já na porção sul da Somália, com o vácuo de poder originado pela deposição do presidente Barre e consequente enfraquecimento das instituições políticas, seguiu-se um longo período de ilegalidade, lutas pelo poder, combates entre facções armadas, confrontos entre clãs e colapso das instituições, principalmente na capital do país, Mogadíscio, que se tornou o palco da disputa entre as elites político-militares. Nessa primeira fase do conflito somali, destaca-se ainda a Frente Democrática de Salvação Somali (FDSS), fundamentada no clã Majerteen, que coordenou o estabelecimento em 1998 da região autônoma de Puntland no nordeste da Somália, e o Movimento Patriótico Somali (MPS).

No registro histórico das intervenções humanitárias e operações de paz coordenadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Somália em virtude da intensificação da violência organizada e crise humanitária, têm-se as Operações das Nações Unidas na Somália I e II (UNOSOM I e UNOSOM II, respectivamente) e a Força-Tarefa Unificada (UNITAF). A UNOSOM I foi estabelecida em abril de 1992 para monitorar um cessar-fogo inicial em Mogadíscio e escoltar a entrega de insumos humanitários para centros de distribuição na cidade (DPI, 2003a). Posteriormente, o mandato da missão foi estendido para proteger comboios humanitários e centros de distribuição pela Somália (DPI, 2003^a). A UNOSOM I trabalhou em conjunto com a UNITAF no esforço de construir um ambiente seguro para a entrega de assistência humanitária (DPI, 2003a), sendo extinta em março de 1993.

Entre dezembro de 1992 e maio de 1993, foi instituída a UNITAF (de codinome “Operação Restaurar a Paz”), uma força multinacional liderada pelos Estados Unidos, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU) na Resolução 794 (1992), que operou na Somália a fim de criar um ambiente seguro para a assistência humanitária. Em março de 1993, o mandato da UNITAF foi estendido para autorizar o emprego de “todas as medidas possíveis” a fim de cumprir com seu objetivo principal, em conformidade com o Artigo 42 da Carta das Nações Unidas (1945), convertendo-se na UNOSOM II, posteriormente extinta em março de 1995 (DPI, 2003b). Destaca-se ainda a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), operação de manutenção da paz conduzida sob a aprovação do CSNU entre março de 2007 e março de 2022, a fim de, além de reforçar a segurança para a assistência humanitária, apoiar as estruturas de governo, implementar um plano nacional de segurança e treinar as forças de segurança somali.

Por meio da Resolução 2628 (2022) do CSNU, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana foi autorizado a reconfigurar a AMISOM para a Missão de Transição da União Africana na Somália (ATMIS), com efeito a partir de abril de 2022. Trata-se de uma missão multidimensional (que integra os setores militar, policial e civil) articulada em quatro fases: reconfiguração; operações conjuntas com as forças de segurança somalis para reconquistar territórios e bases militares; operações decisivas e a reconquista dos territórios e bases faltantes; e retirada e liquidação da ATMIS (ATMIS, 2022).

POLITIZAÇÃO DA IDENTIDADE CLÂNICA E WARLORDISMO NA GUERRA CIVIL SOMALI

A violência política organizada na guerra civil na Somália resulta, em parte, da identidade clânica politizada mencionada anteriormente (MUDANE, 2018, p. 41). Dentre outros fatores levantados por uma chamada visão “instrumentalista” do conflito somali, soma-se o acelerado declínio econômico vivido pelo país na década de 1980, a competição por recursos, a guerra contra a Etiópia e o legado colonial, a construção estatal e os processos de modernização (MUDANE, 2018, p. 42). As elites políticas manipularam, então, as divisões genealógicas e as rivalidades clânicas para delimitar suas áreas de controle e influência, e definir alianças e inimigos, a fim de consolidar seu poder político (MUDANE, 2018, p. 43). Esse processo se insere em um fenômeno político maior: o *warlordismo*.

O *warlordismo* parte de uma conjuntura doméstica de enfraquecimento das ideologias vigentes em uma sociedade aberta à iniciativa pessoal (HANSEN, 2003, p.88) e vácuos de

poder, definidos conceitualmente como polos alternativos de governo que derivam do declínio da autoridade centralizada (ROBERTS, 1998, p.27). Os *warlords* (senhores da guerra) são indivíduos que delimitam e disputam o controle de suas áreas de influência com outros atores, como as forças estatais ou de outros *warlords*. O *warlord* é, então, um líder personalista, cuja influência advém da captação (muitas das vezes, de maneira violenta) de recursos econômicos e sua possibilidade de financiar ações independentes, e que concentra a população sob seu controle enquanto for capaz de prover a sua segurança (HANSEN, 2003, p.88). Os *warlords* somalis normalmente gozam de uma legitimidade ideacional, uma vez que ao mesmo tempo em que mobilizam o clanismo como sua agenda, são incapazes de reter a legitimidade *de facto* que advém das estruturas da sociedade clânica (HANSEN, 2003, p.88).

No governo de Siad Barre, foi possível verificar na Somália o aumento das despesas militares, acompanhado do desenvolvimento de um *ethos* militar (CHARLTON e MAY, 1989, p.16). Foram instituídos disciplinas de treinamento militar obrigatórias em cursos escolares e de graduação, bem como para funcionários públicos. Após a eclosão da guerra civil em 1991, a situação na Somália deteriorou para um cenário de falta de coesão interna do Exército Nacional e de expansão de forças militares radicalmente descentralizadas, sendo que armamentos e o militarismo haviam sido introduzidos em diferentes setores da sociedade civil (ADAM, 1992, p. 20). A gênese do *warlordismo* na Somália se dá, então, a partir da destruição do Estado centralizado e do Exército somali por forças regionalistas²⁵, combinada com a disponibilidade de armas e a fragilidade dos novos partidos de oposição, incapazes de unificar uma visão de processos e práticas democráticas (ADAM, 1992, p. 20).

Imediatamente após o colapso da República Democrática da Somália, foi constituído o Governo Interino da Somália, liderado por Ali Mahdi Muhammad. Entre janeiro de 1991 e janeiro de 1997, Mahdi governou sob o reconhecimento de diversos Estados, em sequência à Conferência de Djibouti de 1991. Todavia, Mahdi não conseguiu exercer sua autoridade além de certas partes de Mogadíscio, tendo de disputar o poder político com os *warlords* e demais facções insurgentes. O governo de Mahdi corresponde a um dos períodos de maior violência no conflito na Somália, contabilizando, ao todo, 16.293 mortos (UCDP, 2022). Destaca-se o predomínio da violência estatal entre 1992 e 1993, seguido da intensificação da violência não-estatal no período posterior até meados de 2007, quando a violência estatal volta a ser a principal

²⁵ Aqui torna-se importante pontuar a diferença entre os termos "regionais" e "regionalistas". Entendendo o primeiro como sendo utilizado para descrever coisas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma área geográfica, e o segundo se aplicando a grupos ou perspectivas que defendem ou apoiam a importância de determinadas características regionais, envolvendo assim questões sociais, políticas, econômicas ou culturais, optou-se pelo uso dessa última conotação.

modalidade de violência organizada até os dias de hoje (UCDP, 2022). Entende-se que, a partir da crise política originada da destituição de Barre, da insurreição armada que se seguiu e da declaração de independência da Somalilândia na Conferência de Burao (1991), o governo central procurou intensificar a violência como forma de rapidamente eliminar alvos de oposição, situação que não se verificou, tendo em vista a intensificação da violência não-estatal que se seguiu.

Entre janeiro de 1997 e agosto de 2000, o cargo de presidente da Somália permaneceu vago. A situação seria revertida na Conferência Nacional de Paz da Somália, realizada entre maio e abril de 2000 na cidade de Arta, no Djibouti, na qual foi estabelecido o Governo Nacional de Transição (GNT). O GNT era militar e politicamente oposto ao Conselho de Reconciliação e Restauração da Somália, composto pelo líder do MNS, Mohamed Adid, e por um dos *warlords* de Mogadíscio, Mohamed Dheere, que posteriormente integraria a união de *warlords* conhecida como Aliança para a Restauração da Paz e Contraterrorismo, como será visto abaixo. Apesar de possuir algumas instituições e mecanismos associados à estatalidade (como os poderes executivo e judiciário, um parlamento, forças policiais e forças armadas), a legalidade *de facto* do GNT era enfraquecida pela precariedade de equipamentos burocráticos, falta de controle territorial e incapacidade de modificar a arrecadação, o que por sua vez, também precarizou o oferecimento de serviços básicos (LE SAGE, 2002, p. 133-135). Le Sage (2002, p. 137) ainda pontua que o GNT partiu de uma aliança entre empresários e oficiais do governo de Mogadíscio, quase todos de origem Hawiye, que mobilizaram suas conexões com o setor privado para controlar o fluxo comercial na capital e financiar suas milícias. Os problemas internos do GNT levaram à mudança de primeiro-ministro quatro vezes em três anos, sendo que o corpo administrativo declarou falência em 2003, encerrando o mandato do GNT. No ano seguinte, em 2004, o parlamento somali elegeu Abdullahi Yusuf Ahmed como o primeiro presidente do Governo Federal de Transição (GFT), sucessor do GNT.

Devido à falta de capacidade de tomar o controle de Mogadíscio, dividida em diferentes grupos de oposição, o GFT governou do Quênia até junho de 2005. Em fevereiro de 2006, o parlamento somali do GFT se reuniu pela primeira vez em um depósito de grãos remodelado na cidade de Baidoa, e em junho de 2007, o governo do GFT organizou uma conferência de reconciliação na qual foram convidados líderes de diferentes facções, inclusive islamistas moderados, mas que escolheram boicotar a conferência, considerada amplamente como uma fraude. Apesar da Constituição do GFT tentar atribuir uma representação justa para os clãs da Somália, sendo que os quatro principais clãs (Darood, Hawiye, Dir e Digil-Merife) receberam 61 cadeiras no parlamento, enquanto aos demais clãs foram atribuídas 31 cadeiras (HANSON

e KAPLAN, 2008), corrupções internas no processo minimizaram a solidificação dos acordos. A política de conciliação clânica do GFT não foi suficiente para satisfazer as reivindicações das diferentes unidades clânicas, sendo que a própria estrutura interna do governo se dividia em três vertentes principais: o presidente; o primeiro-ministro; e os comandantes das Forças Armadas (HANSON e KAPLAN, 2008).

Durante o governo do GFT, a guerra na Somália entrou em uma nova fase, a partir da expansão da União das Cortes Islâmicas (UCI). A UCI se originou de uma vaga associação entre as cortes islâmicas da Somália, que providenciaram segurança e administração da criminalidade após a queda de Siad Barre, e por volta de 2000 se unificaram enquanto UCI (MAPPING MILITANTS, 2019a). Posteriormente, a organização evoluiu de um sistema judiciário para um aparato governamental, eventualmente integrando o fornecimento de serviços básicos e a implementação da *sharia*, forma de legislação islâmica, nos territórios sob seu controle (MAPPING MILITANTS, 2019a). O UCI manteve suas estruturas paramilitares, como o grupo que posteriormente viria a ser o Al Shabaab, e chegou a conquistar Mogadíscio e grande parte da Somália em 2006, até ser derrotado em dezembro do mesmo ano por uma coalizão do GFT e da Etiópia que culminou na extinção do grupo (MAPPING MILITANTS, 2019a).

Todavia, um grupo de desertores da UCI ligado ideologicamente à organização extremista islâmica global Al Qaeda constituiu o Al Shabaab (“A Juventude”, em árabe), uma das maiores organizações paramilitares em luta contra o governo Somali e a presença militar estrangeira (MAPPING MILITANTS, 2019b). O grupo procura controlar territórios na Somália para impor o domínio da *sharia*, e conduz ataques em países vizinhos, principalmente o Quênia (MAPPING MILITANTS, 2019b). A presença da UCI e do Al Shabaab configura uma inflexão no padrão da violência organizada no conflito somali na medida em que, enquanto a violência política na guerra civil se define principalmente pela articulação da politização da identidade clânica com disputas por prestígio político de líderes personalistas (como foi descrito anteriormente), os grupos fundamentalistas a empregam a fim de impor o domínio da lei islâmica e construir uma sociedade fundamentalmente islâmica na Somália²⁶.

²⁶ Em uma palestra no *Chatham House*, uma *think tank* inglesa sobre política internacional, em 25 abril de 2007, o estudioso e escritor somali Said S. Samatar, ex-professor da Universidade Rutgers (EUA), afirmou que os padrões de organização da sociedade somali, já discutidos neste trabalho, impedem a possibilidade de crescimento em larga escala de um movimento jihadista. Xan (2009) complementa que muitos dos elementos ideológicos e práticas do Al Shabaab (como o banimento do narcotráfico de folha de qat em Kismayo e o apedrejamento até a morte de uma mulher supostamente adúltera) são completamente indiferentes e até mesmo incompatíveis com o estilo de vida da população somali.

Em resposta à ameaça apresentada pela UCI ao comando dos *warlords* sobre suas áreas de influência, foi formada a Aliança para a Restauração da Paz e Contraterrorismo (ARPCT), uma união de *warlords* somalis, incluindo alguns então ministros do GFT, para combater a crescente influência da UCI. Na Batalha de Mogadishu, entre fevereiro e junho de 2006, as forças da ARPCT e da UCI se enfrentaram pela capital da Somália, com o resultado da vitória da UCI e a consolidação do grupo. Os Estados Unidos chegaram a direcionar mais de US\$ 100.000 para a ARPCT enfrentar a UCI, sob a justificativa de prevenir a emergência de comandantes que possam proporcionar ou permitir à Al Qaeda desenvolver suas operações, situação parecida com a do Afeganistão sob o governo dos Talibãs no início dos anos 2000 (MORGAN, 2006). Os norte-americanos já haviam intervindo na Somália em 1993, no contexto do conflito com guerrilhas de apoio ao *warlord* Mohamed Farrah Aidid, após terem entrado no país no conjunto de uma operação de assistência humanitária (MORGAN, 2006). Em entrevistas, oficiais estadunidenses negaram qualquer envolvimento com os *warlords*, e afirmaram que apenas estavam apoiando a luta contra o terrorismo e o então recém-formado governo de transição, em dificuldade de afirmar seu controle (LACEY, 2006). O então presidente do GFT, Abdullahi Yusuf Ahmed, afirmou que os esforços estadunidenses de contraterrorismo funcionariam melhor se fossem canalizados pelo governo legítimo da Somália, e não por interesses individuais dos *warlords* (LACEY, 2006).

Em 2006, sob o apelo do GFT e o apoio tácito dos Estados Unidos, a Etiópia promoveu uma operação militar na Somália com o objetivo de enfraquecer a UCI e restaurar o comando dos seus antigos territórios ao GFT. A operação foi bem-sucedida em seus resultados, sendo que seis meses após a tomada de Mogadíscio pela UCI, a maior parte dos combatentes jihadistas havia fugido, sido capturada ou executada. Em uma transmissão televisionada, o então primeiro-ministro da Etiópia, Meles Zenawi, afirmou que as forças de defesa da Etiópia não tiveram outra escolha a não ser entrar na guerra para proteger a soberania da nação somali (GETTLEMAN, 2006). Dois anos depois da invasão, e após ter enfrentado forte resistência da população somali à sua ocupação, em 2009, a Etiópia se retirou da Somália, afirmando ter neutralizado a “ameaça do comando islamista”, apesar de a maior parte do país permanecer nas mãos de insurgentes (RICE, 2009). Além disso, o Al Shabaab ainda é ativo no país, operando principalmente na porção sul da Somália, mas também em áreas controladas pelas forças governamentais (CENTANNI e DJUKIC, 2021).

Após o final do mandato do GFT em agosto de 2012, teve início o Governo Federal da Somália (GFS), o primeiro governo central permanente do país desde o início do conflito armado. A mudança constitucional que instituiu o GFS instituiu também um sistema federalista

que dividiu o país em seis estados regionais: Galmudug; Hirshabelle; Estado do Sudoeste; Jubbaland; Puntland; e Somaliland. O conceito de estado regional se refere às unidades subnacionais às quais foi garantida a autonomia pelo governo central (UNESCO, 2022). No caso da Somália, o modelo foi adotado em uma tentativa de resolver a disparidade da representação clânica no governo e a divisão desigual de recursos (OWP, 2021). Atualmente, o relacionamento do GFS com as unidades administrativas se encontra deteriorado, com dois de cinco estados se recusando a cooperar diretamente com o GFS, e mesmo outros suspendendo suas relações com o governo central por meses (OWP, 2021).

Atualmente, o cargo de Presidência é ocupado por Hassan Sheikh Mohamud, de origem Hawiye, membro do Partido de União para Paz e Desenvolvimento, de orientação centro-direitista e fundamentado nas ideologias do conservadorismo, da democracia islâmica e do nacionalismo. O mapa da Somália, em dezembro de 2021, permanecia dividido entre extensas áreas de controle local e indefinido, bem como áreas sob controle do Al Shabaab; os governos autônomo-separatista e unionista, respectivamente, de Somaliland e Puntland, e uma presença esparsa do Governo Federal da Somália (CENTANNI e DJUKIC, 2021). As forças de segurança, geralmente apoiadas por milícias governamentais locais, avançaram nos últimos meses de 2022 sobre regiões controladas pelo Al Shabaab, principalmente em Hiraan, Galgaduud e Bay, na porção sul do país (OCHA, 2022). Dados das Nações Unidas apontam uma intensificação da violência organizada em 2022, sendo que em novembro desse ano haviam sido registradas pelo menos 613 mortes de civis e 948 feridos, o maior número desde 2017 e um aumento de 30% em relação ao ano anterior (OHCHR, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O padrão discutido de violência organizada no conflito civil da Somália se caracteriza, em partes, pela politização das identidades e estrutura da sociedade clânica somali por elites político-militares, que dispunham de recursos econômicos para financiar suas ações independentes. Essas elites são constituídas por líderes personalistas, geralmente de origem militar, que se apropriam de uma legitimidade ideacional advinda da organização social da sociedade clânica somali (ao mesmo tempo em que carecem da legitimidade *de facto* que parte dessas estruturas), e a mobilizam a fim de expandirem seu poder e prestígio político. Ao longo do conflito, os movimentos e organizações políticas e paramilitares somalis apresentaram uma explícita afiliação a determinada família de clã, sendo exceção os grupos extremistas islâmicos, como o Al Shabaab. As disputas entre diferentes setores dessas elites assumem a configuração do *warlordismo* e produz no processo um conjunto de formas descentralizadas de lealdade e

comando e, ao mesmo tempo em que, ao adicionar a progressiva militarização dessa sociedade e o forte interesse econômico, tais disputas são amplificadas por parte da organização e das características constituintes da sociedade clânica somali. Assim, entende-se que a identidade clânica somali, e o conjunto de práticas e relações sociais que a configuram, não são suficientes para explicar a eclosão do conflito armado na Somália, sendo necessário remontar à politização desta identidade pelos *warlords* e o padrão de violência verificado.

Com base nessa discussão, surgem alguns pontos passíveis de discussão, como por exemplo, a resistência e a sobrevivência de heranças da governança clânica mesmo após intervenções externas e governos interinos que tentaram sufocá-la. Dentro disso, também é possível analisar o impacto do orientalismo nessa tentativa de supressão do sistema clânico, assim como no *warlordismo*. Por fim, é importante sempre questionar a razão pela qual conflitos como esse não ganham tamanha repercussão, atenção e comoção mundial como recebem aqueles que ocorrem em países do continente europeu.

REFERÊNCIAS

ABUKAR, A. Somalia: A Brief Country Report. **European Parliamentarians with Africa**, p. 1-44, set. 2015. Disponível em: <<https://www.epd.eu/wp-content/uploads/Somalia-Brief-Country-Report.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

ACCORD. Remembering the Ogaden War 15 Years Later: Four and a Half Lessons Towards a Peaceful Future. **Accord**, 2022. Disponível em: <https://www.accord.org.za/publication/remembering-the-ogaden-war-45-years-later>. Acesso em nov. de 2022.

ADAM, Hussein M. Somalia: Militarism, Warlordism or Democracy? **Review of African Political Economy**, 1992, n. 54, p. 11-26.

ATMIS. The Transition Process. **ATMIS**, 2022. Disponível em: <https://atmis-au.org/the-transition-process/>. Acesso em nov. de 2022.

CARDOSO, Nilton C. F. **Conflito Armado na Somália**: Análise das causas da desintegração do país após 1991. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais), Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 95. 2012.

CARTA das Nações Unidas. 26 jun. 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em nov. de 2022.

CENTANNI, Evan; DJUKIC, Djordje. Somalia Control Map & Timeline. **Political Geography Now**, 2021. Disponível em: <https://www.polgeonow.com/2021/12/who-controls-somalia-crisis-timeline.html>. Acesso em nov. de 2022.

CHARLTON, Roger; MAY, Roy. Warlords and militarism in Chad. **Review of African Political Economy**, 1989 v. 16, p. 12-25.

DPI. United Nations Operation in Somalia I. **Peacekeeping UN**, 2003a. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unosomi.htm>. Acesso em nov. de 2022.

DPI. United Nations Operation in Somalia II. **Peacekeeping UN**, 2003b. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unosom2.htm>. Acesso em nov. de 2022.

GETTLEMAN, Jeffrey. Ethiopia Hits Somali Targets, Declaring War. **The New York Times**, 2006. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/12/25/world/africa/25somalia.html>. Acesso em nov. de 2022.

HANSEN, Stig J. Warlords, Patrimonialism and Ethnicity. **Peace Research**, 2003, v. 35, n. 2, p.75-92.

HANSON, Stephanie; KAPLAN, Eben. Somalia's Transitional Government. **Council on Foreign Relations**, 2008. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounders/somalia-transitional-government>. Acesso em nov. de 2022.

LACEY, Marc. Alliance of Somali Warlords Battles Islamists in Capital. **The New York Times**, 2006. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/05/13/world/africa/13somalia.html>. Acesso em nov. de 2022.

LE SAGE, Andre. Somalia: Sovereign Disguise for a Mogadishu Mafia. **Review of African Political Economy**, v. 29, n. 91, p. 132-138, 2002.

MAPPING MILITANTS. Islamic Courts Union. **Stanford University**, 2019a. Disponível em: <https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/islamic-courts-union>. Acesso em nov. de 2022.

MAPPING MILITANTS. Al Shabaab. **Stanford University**, 2019b. Disponível em: <https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/al-shabaab>. Acesso em nov. de 2022.

MITCHELL, PHMC Terry. Aus wheat in Somalia. **Wikimedia Commons**, 2011. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aus_wheat_in_Somalia.jpg. Acesso em nov. de 2022.

MORGAN, David. US funding Somali warlords - intelligence experts say. **Relief Web**, 2006. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/somalia/us-funding-somali-warlords-intelligence-experts-say>. Acesso em nov. de 2022.

MUDANE, Hassan. The Somali Civil War: Root cause, and contributing variables. **International Journal for Social Studies**, 2018, v. 4, n. 5, p. 41-52.

OCHA. Regional Overview: Africa (10 - 16 September 2022). **Relief Web**, 2022. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/somalia/regional-overview-africa-10-16-september-2022>. Acesso em nov. de 2022.

OHCHR. Somalia: Türk decries steep rise in civilian casualties amid surge in Al-Shabaab attacks. **Office of the High Commissioner for Human Rights**, 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/11/somalia-turk-decries-steep-rise-civilian-casualties-amid-surge-al-shabaab>. Acesso em nov. de 2022.

OWP. Somali Civil War. **The Organization for World Peace**, 2021. Disponível em: https://theowp.org/crisis_index/somali-civil-war/. Acesso em nov. de 2022.

PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

RICE, Xan. Ethiopia ends Somalia occupation. **The Guardian**, 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2009/jan/26/ethiopia-ends-somalia-occupation>. Acesso em nov. de 2022.

ROBERTS, J. A. G. Warlordism in China. **Review of African Political Economy**, 1989 v. 16, p. 26-33.

SAMATAR, Siad S. The Islamic Courts and Ethiopia's Intervention in Somalia: Redemption or Adventurism? **Chatham House**, 2007. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/250407samatar.pdf>. Acesso em nov. de 2022.

UNESCO. **Regional/state/provincial level**. UNESCO, 2022. Disponível em: <https://uis.unesco.org/node/3080263>. Acesso em nov. de 2022.

UCDP. Somalia. **Uppsala Conflict Data Monitor**, 2022. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/520>. Acesso em nov. de 2022.